

202100036007329



Agência
Goiana de
Infraestrutura
e Transportes



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 463/2025 - GOINFRA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 74/2021/GOINFRA
CELEBRADO ENTRE A GOINFRA E O MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS,
REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE
PAVIMENTOS ASFÁLTICOS EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE
AMORINÓPOLIS, NESTE ESTADO, NA FORMA ABAIXO

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA, autarquia estadual criada pela Lei Estadual n.º 13.550, de 11 de novembro de 1999, **jurisdicionada à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA, por força do Decreto Nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023 e Decreto Nº 10.569, de 10 de outubro de 2024**, e por força da Lei estadual nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, inscrita do CNPJ sob o n.º 03.520.933/0001-06, com sede na Av. Governador José Ludovico de Almeida, n.º 20 (BR-153, Km 3,5), Conjunto Caiçara, Goiânia-GO, neste ato representada por seu Presidente, **PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 2.166.607 – SSP/DF e inscrito no CPF (MF) sob o n.º 002.080.231-51**, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **GOINFRA**.

MUNICÍPIO DE AMORINÓPOLIS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.067.073/0001-63, com sede administrativa na Avenida Macabeus, n.º 448, Centro, Amorinópolis, Estado de Goiás, CEP. 76140-000, neste ato representado por seu Prefeito, **GUSTAVO SILVA DE OLIVEIRA, brasileiro, portador da cédula de identidade n.º 4828810 DGPC/GO e inscrito no CPF sob o n.º 027.135.131-46**, residente e domiciliado na Rua Bahia, Quadra 10 Lote 12, Setor Central, CEP: 7614-00000, Amorinópolis, Estado de Goiás, doravante denominado **MUNICÍPIO**.

01. CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Decreto Estadual nº 10.248, de 31 de março de 2023, do Decreto Estadual nº 10.213, de 7 de fevereiro de 2023, do Decreto Estadual nº 10.333, de 23 de outubro de 2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e decorre da solicitação do Município através do **OFÍCIO Nº 1023/2025 (79685478)**, do **DESPACHO Nº 1910/2025/GOINFRA/MA-GEMRU-20170 (81032509)** e do **DESPACHO Nº 2612/2025/GOINFRA/PL-GEPRE-13151 (81172305)**, analisado pela Procuradoria Setorial por meio dos **Pareceres Jurídicos Referenciais nº 55/2022/PR-PROSET-ANS (60603927)** nº